

EDITORIAL

A Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia nasceu em 1991, no mesmo ano em que eu ingressei no mestrado desta centenária Faculdade de Direito, com a denominação inicial de “Revista dos Mestrados da UFBA.

Embora no ano de 1991 eu tenha participado de todas as reuniões que culminaram na organização da nossa revista, eu não figurei entre os coordenadores, tarefa que ficou com os colegas de mestrado Saulo José Casali Bahia, Sérgio Novais Dias e Paulo Machado Cordeiro.

Passados 23 anos, justamente no volume 23, chega a minha vez de, juntamente com o professor Doutor Rodolfo Pamplona, segurar o bastão e tentar levar a nossa revista ainda mais longe.

Inicialmente, é preciso destacar que a RPPGD inicia uma nova fase, e se torna uma revista eletrônica, alocada no Portal Seer de periódicos da UFBA e disponível em www.rppgd.ufba.br.

Neste número 25, a seção de doutrina internacional se inicia com o professor David Cassuto, PhD pela Universidade de Indiana, juiz no Estado de New York e diretor do Brazil-American Institute for Law and Environment (BAILE) na Pace University Law School, que nos apresenta o artigo denominado **DIREITO, PAISAGEM E BIODIVERSIDADE (Law, landscape and biodiversity)**, onde aborda a crise de biodiversidade dos Estados Unidos, onde espécies e ecossistemas estão ameaçados de extinção em meio a um clima político hostil à intervenção reguladora e a um sistema jurídico fragmentado.

Na seção de Direito Constitucional, o professor Manoel Jorge e Silva Neto, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, nos brinda com um artigo em língua inglesa denominado **THE MOST CONTROVERSIAL ISSUES REGARDING RELIGIOUS` RIGHTS, INCLUDING ANIMAL SACRIFICE (A mais controvertida questão dos direitos religiosos, incluindo o sacrifício animal)**, que analisa algumas questões relacionadas aos direitos fundamentais em conflito com a liberdade religiosa, como nos casos da extirpação do clitóris em algumas tribos do continente africano, as restrições de trabalho da seguidores da Igreja Adventista do

Sétimo Dia, a proibição da transfusão de sangue pelas Testemunhas de Jeová e o sacrifício religioso de animais pelas religiões de matiz africana.

Em seguida, Roberto Mizuki Dias dos Santos, mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia e Procurador do Estado no Piauí, em artigo intitulado **A EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS ENQUANTO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (The evolution of constitutionality control of budget laws as an instrument for enforcement of fundamental rights)**, analisa a atual posição do Supremo Tribunal Federal sobre o controle abstrato de constitucionalidade das leis orçamentárias, que modifica a concepção tradicional de discricionariedade do Executivo na elaboração do orçamento público.

Por fim, Dejarir dos Anjos Santana Júnior, mestre em Direito pela UFBA, em **A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O COMBATE ÀS OMISSÕES LEGISLATIVAS INCONSTITUCIONAIS**, analisar a evolução da teoria dos direitos fundamentais, buscando demonstrar como a evolução conjunta entre o neoconstitucionalismo e os direitos fundamentais motivam a concretização das normas constitucionais, de modo que a interpretação principiológica da constituição pode suprir as omissões legislativas inconstitucionais, especialmente no tocante à eficácia das normas constitucionais.

Na seção de Direitos Humanos, Talles Arquimedes Almeida e Sousa, Graduando em Direito na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e Nathalie Gurgel Vieira, Graduanda em Direito na Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, em **COMPARAÇÃO ENTRE AS MEDIDAS REPRESSIVAS APLICADAS CONTRA OS MILITARES NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA (Comparison between repressive measures applied against the Military in Brazil and Latin America)**, demonstram que, enquanto outros países latino-americanos como Argentina, Uruguai e Chile puniram os militares que praticaram crimes contra os direitos humanos, no Brasil, ainda hoje estes crimes continuam impunes.

Na seção de Direito do Trabalho, Marco Aurélio de Castro Jr, professor da Faculdade de Direito da UFBA e Procurador do Estado da Bahia, juntamente com Daniel Pinheiro Longa, advogado e pós-graduando em Direito Processual Civil na UFBA, apresentam o artigo **A POSSIBILIDADE DE SE UTILIZAR DA ARBITRAGEM COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS**

ENVOLVENDO FUNCIONÁRIOS DE ALTO ESCALÃO (The possibility of using arbitration as means of resolving labor disputes involving high-level workers), para demonstrar que é legalmente possível a arbitragem como meio de resolução de conflitos trabalhistas que envolvam funcionários de alto escalão, hipótese esta prevista tanto na lei quanto na jurisprudência.

Na seção de Direito Processual Civil, Fredie Didier Jr., livre-docente (USP), Professor de Direito Processual Civil do PPGD da Universidade Federal da Bahia, juntamente com Paula Sarno Braga, doutoranda do PPGD/UFBA e Professora de Direito Processual Civil da UFBA, Faculdade Baiana de Direito e UNIFACS, apresentam o artigo **CARTA PSICOGRAFADA COMO FONTE DE PROVA NO PROCESSO CIVIL (Psychographed letter as a source of evidence in a civil suit)**, que, com fundamento nos direitos fundamentais à liberdade religiosa e de expressão, igualdade, laicidade do Estado, contraditório e o dever de fundamentação das decisões judiciais, analisam a admissibilidade da carta psicografada como fonte de prova documental no Processo Civil.

A seção de Metodologia Jurídica, tem início com Tadeu Cincurá de A. S. Sampaio, aluno especial do curso de pós-graduação da UFBA, que através do artigo denominado **A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DA PESQUISA PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: A SINGULARIDADE TEXTUAL DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS JURÍDICOS (The importance of the methodology of research for the production of scientific knowledge in the postgraduate courses: The textual singularity of scientific legal works)**, faz uma bem elaborada crítica da metodologia científica dominante nas pesquisas de pós-graduação em direito, especialmente no que se refere às dificuldades dos discentes na elaboração de projetos de pesquisa e dissertações.

Márcio José Cordeiro Fahel, mestre em Direito Público pelo PPGD/ UFBA e Promotor de Justiça na Bahia, escreve **A DOGMÁTICA JURÍDICA E SUA UTILIDADE E CONVENIÊNCIA METODOLÓGICAS NA ATUALIDADE: SUBSÍDIOS DE TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR A DOGMÁTICA JURÍDICA E SUA UTILIDADE E CONVENIÊNCIA METODOLÓGICAS NA ATUALIDADE :SUBSÍDIOS DE TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR (The legal dogmatism and its use and**

methodological convenience nowadays: Subsidies of Tercio Sampaio Ferraz Junior), para - a partir da decidibilidade como problema fundamental da pesquisa dogmática - analisar a dogmática jurídica enquanto linha de pesquisa teórica, abordando o direito como dogma, em sua historicidade e em suas relações com a zetética.

Arielle Chagas Cruz Mattiello, mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora bolsista pelo CNPq, em **DO NORMATIVISMO KELSENIANO À INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL (Kelsenian normativism in face of the interdisciplinarity of environmental law)**, demonstra que, embora a teoria pura de Kelsen ainda desempenhe um importante papel no mundo jurídico, ela não consegue oferecer respostas coerentes em uma sociedade complexa como a nossa, de modo que a interdisciplinidade, tão combatida por Kelsen, vem se apresentando como a metodologia mais apropriada para o estudo dos novos ramos jurídicos, especialmente o Direito Ambiental.

Geovane De Mori Peixoto, mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL e em Direito Público pela UFBA, Professor de Direito Constitucional e Direito Administrativo da UNIFACS e Faculdade Baiana de Direito, apresenta o artigo **O MÉTODO FENOMENOLÓGICO NO DESVELAMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (The phenomenological method in the unveiling of fundamental rights)**, onde analisa a crise e a tentativa de superação do modelo hermenêutico jurídico dominante no Brasil, em uma tentativa de encontrar um método adequado à efetivação dos direitos fundamentais.

Marina Soares, mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em **PRINCÍPIOS: A REGRA DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY COMO MÉTODO DE DELIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO (Principles: The rule of weighing of Robert Alexy as means of delimitation of the legal competence of the county)**, utiliza o método hermenêutico do sopesamento dos princípios para definir a competência legislativa do município, tendo em vista a abrangência da expressão “assunto de interesse local”.

Na Seção de Bioética e Direito Animal, Marta de Oliveira Torres, mestranda do PPGD/UFBA, **UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DA EVOLUÇÃO CIENTÍFICA DE POPPER, A TEORIA EVOLUCIONISTA DE DARWIN, E UMA REFLEXÃO SOBRE O DIREITO À VIDA DOS DEMAIS SERES VIVOS (An analysis of the relation between the theory of the scientific evolution of Popper, Darwin's evolutionist theory, and a reflection on the right to life of other living beings)**, Aplicando a teoria da lógica dedutiva, algumas análises podem invalidar a teoria de Darwin, e de conseqüente as teorias nesta fundamentadas, inclusive a teoria da evolução da ciência de Karl Popper. Ao afastar o evolucionismo como uma premissa incontestada, impõe-se uma quebra de paradigmas no Direito, que deve repensar a concepção antropocêntrica da aplicação dos direitos fundamentais apenas aos seres humanos e passar a refletir sobre sua aplicação aos demais seres vivos.

Por fim, Jaylla Marusa R. S. e Silva, Mestre em Direito Privado no PPGD/UFBA e Professora da Faculdade de Direito da UNIRB, escreve sobre a **ESTERILIDADE FEMININA POR OPÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI (Female sterility by sexual choice: An analysis of the law drafts)**, onde, além de analisar as técnicas de reprodução humana assistida e suas condições, enfrenta a questão da esterilidade feminina na condição homossexual, demonstrando a falta de referência a este assunto na legislação brasileira.